

- Marginalização dos produtos solidários acontece por uma série de problemas: exigência do consumidor por produtos de qualidade, escassa pesquisa no desenvolvimento e qualificação de produtos, falta de divulgação e de infra-estrutura na distribuição.
- Comunicação local deficiente.
- Inadimplência e pouco investimento por parte de compradores e compradoras, por insuficiência de crédito, apesar da boa vontade de alguns.
- Falta de credibilidade em um mercado diferente, movido por princípios éticos e solidários.
- Dificuldade de financiamento: há interesse dos grupos, mas eles não conseguem ter acesso a esses financiamentos, por exigências impraticáveis para a economia solidária.
- Não há fomento ou apoio para a difusão de experiências – o que seguramente teria efeito multiplicador.
- Faltam fundos de desenvolvimento solidário.
- Questão tributária: não há diferenciação entre pequenos e grandes empreendimentos.
- Dificuldade de garantia de manutenção continuada no fornecimento dos produtos solidários sem oscilações no padrão de qualidade.
- Dissociação entre cidade-campo: precisamos repensar esta relação e avançar em estratégias de integração.
- Redes de troca têm dificuldade em crescer, pois faltam elementos de trocas, maior apoio, difusão e participação.
- Pouca sintonia entre os grupos, empreendimentos e iniciativas e o governo na interpretação do que seja economia solidária.
- Faltam dados consistentes sobre a economia solidária por falta de iniciativa política dos governos e organizações.
- Inexistência de um banco de políticas públicas e de experiências exemplares disponível na internet, alimentado por todas as administrações populares, facilitando a organização e extensão dessas políticas.
- Faltam meios para viabilizar a construção de redes de economia solidária. Esta é aspirada por muitos. Contudo, rede pressupõe organização coletiva, colaboração entre diversos empreendimentos e organizações.

Propostas

- Realizar um mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária, da diversidade e volume de sua produção, seus fluxos de transporte, armazenagem e comercialização, aquisição de insumos e outras demandas. Agir em parceria, promovendo políticas de cooperação entre os empreendimentos, visando ao compartilhamento de infra-estruturas de produção, distribuição e comercialização (feiras, lojas, armazéns etc), transferência de tecnologia, parcerias de negócios para reduzir custos, aumentar a eficiência coletiva e penetrar nos grandes mercados, no Brasil e no exterior, bem como ampliar os negócios e intercâmbios entre empreendimentos solidários nas próprias redes, complexos, associações, articulações etc em âmbito local, regional, nacional e internacional. Enfatizar a necessidade política dessa integração – desde a fase da compra de insumos até a venda final, realizando efetiva conexão entre os empreendimentos, em processos de intercâmbio de produtos (compra/venda e trocas), de informações e de valores econômicos (crédito recíproco) e solidários.
- Criar novos empreendimentos para atender às demandas reais, ampliando as transações e negócios entre os parceiros.
- Ir além da construção de redes por produtores de um mesmo segmento (apicultores, agroecológicos etc) e construir redes, integrando diversas cadeias produtivas de maneira complementar.
- Criar o Portal Brasileiro da Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas. A idéia é interligar ofertas e demandas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de economia solidária, dando-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional. Isto irá facilitar a elaboração de catálogos de produtos solidários, o contato mais direto entre produtores e consumidores e a integração cidade-campo.
- Dar visibilidade à economia solidária e afirmar as diferenças entre a economia capitalista.
- Criar um e-grupo da I Plenária Brasileira de Economia Solidária para dinamizar as informações e trocas diversas. O objetivo é acelerar as articulações e formação de redes, fomentando o intercâmbio não só de conhecimentos, mas também de produtos e serviços dos diversos empreendimentos representados.

- Criar um banco nacional de políticas públicas e experiências bem-sucedidas em economia solidária, de fácil acesso na internet. O banco seria alimentado por administrações que desenvolvem programas de economia solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.
- Promover campanhas nacionais em favor da difusão da economia solidária, particularmente de consumo cidadão. A meta é criar uma cultura de preferência pelos produtos e serviços da economia solidária em razão dos benefícios sociais e ecológicos por ela gerados, compreendendo que todo ato de consumo é também um ato político.
- Descobrir quem é o(a) consumidor(a) cidadão(ã) e por que compra produtos da economia solidária.
- Gerar Banco de Dados Nacional de consumidores e consumidoras da economia solidária, com o consentimento destes, a partir de cadastros das entidades que atuam na produção, serviço ou assessorias à economia solidária. Os objetivos são:
 - a) identificar e elaborar perfil preliminar dos consumidores da economia solidária;
 - b) estabelecer comunicação direta com esses consumidores a fim de oferecer maior diversificação de produtos e serviços, bem como identificar necessidades de consumo desse segmento já integrado em nossa malha de atendimento.
- Convocar todos os setores da sociedade a assumir sua responsabilidade na construção e aplicação de novos valores socioambientais, capazes de promover relações comerciais justas e ecologicamente corretas, somando esforços para educar a população para o consumo consciente.
- Fomentar práticas do comércio justo, nacional e internacionalmente, pensando-o como estratégia de diferenciamento também nos mercados e redes regionais e locais.
- Apoio do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço.
- O novo governo deve garantir meios para a viabilização da economia solidária, sem criar dependência e indo além do compromisso político já firmado.
- Nas compras governamentais, o Estado deve priorizar os produtos solidários e regionalizados em licitações e estabelecer

cotas para compras governamentais de produtos da economia solidária, como forma de incentivo à economia solidária e maior distribuição de renda.

- Na implementação do programa Fome Zero, o novo governo deve priorizar ações regionalizadas de economia solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com os recursos disponibilizados pelo programa, projetando a produção para atender ao conjunto das demandas reais de consumo popular – entre as quais se incluem alimentação, higiene, limpeza e vestuário.
- Garantir demanda para a economia solidária, seja por meio de compras do Estado, por sistemas de intermediação de negócios ou pela integração no mercado. Em particular neste último, é necessário considerar as cadeias produtivas, integrando fluxos de consumo, comércio e produção aos programas de financiamento, de logística de distribuição e de comercialização.
- Acreditar no mercado popular e atuar visando atendê-lo.
- Orientar o IBGE para a realização de um censo produtivo com dados econômicos e sociais, levantando os dados requeridos ao mapeamento estratégico da economia popular e solidária, além da reconstrução de uma matriz insumo/produto, que permita um diagnóstico efetivo das condições e da potencialidade interna do tecido socioprodutivo brasileiro. Reverter, inclusive, a pesquisa do censo domiciliar para que incorpore perspectivas da economia solidária, possibilitando estatísticas consistentes, com vistas à criação de políticas públicas que respondam suas demandas.
- Subordinar o sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revertendo suas prioridades e incorporando perspectivas da economia solidária.
- Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de economia solidária, tais como: compras coletivas; lojas solidárias; cartões de crédito solidários; feiras; sistemas de trocas com moeda social; agricultura familiar orgânica; comércio justo etc.
- Promover o associativismo, o cooperativismo popular e as demais práticas de economia solidária como elementos-chave para projetos de desenvolvimento regional das agências estaduais e municipais, assim como para as ações públicas definidas nos orçamentos.
- Defender a produção familiar da competição desigual, pela implementação de política de preços mínimos e de compras privilegiadas dos produtos da produção familiar agroecológica e solidária.

- Promover feiras e mostras de economia popular solidária como espaços de comercialização, troca de informações e sensibilização de produtores(a) e consumidores(as).
- Avançar no debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do país. Isto facilitaria o processo de identificação dos produtos e serviços da economia solidária para consumidores e consumidoras em seu ato de compra, alavancando a comercialização desses produtos no mercado nacional e internacional.
- Divulgar, participar, implementar e fortalecer as redes de troca e suas feiras.
- Valer-se dos diversos mecanismos de comunicação disponíveis para dinamizar a economia solidária, como as rádios comunitárias, que têm um potencial maior do que a legislação *permite* e grande efeito multiplicador.
- Pensar a produção em escala, considerando a dimensão local ou regional e a integração de vários empreendimentos no atendimento da demanda. Isto pode desmistificar a questão da falta de produção. É necessário pensar também sobre a organização do consumo e não só da produção.
- Compor as plataformas de políticas públicas das diversas redes e movimentos nacionais e internacionais que se referem a temas relacionados à economia solidária.
- Cobrar do Estado e da classe empresarial, por meio de medidas legais, que assumam suas responsabilidades na reparação dos danos causados ao meio ambiente.
- Assegurar o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções Nº 100 e Nº 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção Nº 156 (trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro.
- Reduzir a jornada de trabalho, sem redução de salários e de direitos, como uma das formas de combate ao desemprego e à desigualdade.
- Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça/etnia e geração e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

- Criar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, integrando outros movimentos (mulheres, negros, ecológicos, associações de moradores etc) e atuando como interlocutor com o poder público.
- Definir claramente o que é produto solidário.
- Criar cooperativas de comercialização no meio urbano para distribuição de produtos solidários, inclusive de produtos rurais.
- Criar cooperativas de seguridade social.
- Inserir manifestações culturais nos eventos econômicos solidários para romper com hábitos culturais.

4. Democratização do conhecimento e da tecnologia

Acúmulos

- Conhecimento da realidade do país, das lutas de classes e seus interesses, da tecnologia e órgãos tecnológicos, inclusive universidades, a serviço da classe dominante. A tecnologia é política, tem intencionalidades. As relações técnicas são reflexos das políticas vigentes.
- As universidades produzem ciência e formam profissionais em geral de modo fragmentado. As políticas públicas também atuam fragmentadamente. A economia solidária precisa de ciência interdisciplinar e políticas intersetoriais. Assim, é necessário superar esta fragmentação para responder à complexidade da economia solidária.
- O campo tecnológico é complexo. Certas tecnologias não estão disponíveis para a economia solidária.
- A sociedade civil, ONGs, empreendimentos e outras organizações também produzem conhecimentos e tecnologias alternativas.
- Novas tecnologias, entretanto, têm sido apropriadas e desenvolvidas em colaboração solidária, como as tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas, dos softwares livres etc.
- Existência de um conjunto grande de acúmulos no que diz respeito a práticas educativas. A educação popular é um movimento de relações, presente mesmo nos centros de produção de tecnologia.
- Avanços nos processos organizativos, produção de conhecimento e em metodologias adequadas para a economia solidária.
- Importância do movimento de constituição de incubadoras de cooperativas dentro das universidades.

- Importância da extensão universitária, com a revisão das políticas públicas relacionadas.
- Valiosas pesquisas sobre economia solidária já foram realizadas (mesmo que fragmentadamente).
- Conhecimento da cultura popular em seus aspectos de medo, submissão, fragmentação entre trabalho intelectual e braçal, pequena educação escolar sistemática etc.
- Conhecimentos na área de humanidades valiosos à economia solidária.

Gargalos

- Socialização de informações deficiente: dificuldade de somar e cruzar os complexos conhecimentos acumulados na economia solidária, que ainda estão fragmentados.
- Fragilidade dos sistemas de democratização e partilha do conhecimento, de tecnologias e técnicas.
- Sistematização para compartilhamento de conhecimentos locais, regionais e de tecnologias.
- Universidades com produção do conhecimento distantes dos(as) trabalhadores(as) e da economia solidária.
- Pensar o papel das universidades no ensino, pesquisa e extensão e centros de tecnologia na perspectiva da economia solidária
- Necessidade de agregar o conhecimento técnico e desenvolvimento de tecnologias, principalmente nas Redes de ITCPS-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.
- Pouca sistematização sobre como se dá o conhecimento dos multiplicadores, o quão importante é este conhecimento e como vem sendo transmitido.
- Necessidade de reverter a direção da produção tecnológica.
- Instrumentos do governo federal na geração de tecnologias que são apropriadas pelas iniciativas privadas.
- Dificuldades dos(as) trabalhadores(as) se apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, gestão, gerenciamento, resultados etc.
- Dificuldades dos empreendimentos de economia solidária serem eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade e, ao mesmo tempo, construírem a democracia peculiar aos processos de autogestão.

- Não fomos educados para a solidariedade. Dificuldade de criar uma nova cultura de trabalho e de cooperação.
- Educação tradicional é avessa à solidariedade.
- Educação escolar, descolada da realidade da comunidade, não aborda os temas da economia popular e solidária.
- Dificuldades de adequar o tempo da transformação cultural, da aprendizagem dos trabalhadores e o tempo do mercado.
- Deficiência de conhecimento técnico para viabilizar e melhorar a qualidade dos produtos das cooperativas.
- Necessidade de avaliações das ações já realizadas na área.

Propostas

- Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à economia solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, agregando-lhes maior valor. Visar também à melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.
- Promover o aprimoramento da competência técnica e gerencial de trabalhadoras e trabalhadores que atuam na economia solidária.
- Redirecionar recursos federais do orçamento público e verbas disponíveis no sistema S, ensino técnico, básico e tecnológico, para a criação de novas tecnologias, pesquisa, produção e sistematização de conhecimentos adequados à economia solidária, às peculiaridades regionais do país. Socializar o saber acumulado sobre a economia solidária (metodologias, programas de qualificação, capacitação e assessoria etc).
- Realizar pesquisa (mapeamento/censo) para conhecer a realidade da economia solidária no país, com vistas à criação de políticas públicas nas áreas de educação, ciência e tecnologia que respondam suas demandas.
- Subordinar o sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revertendo suas prioridades, incorporando perspectivas da economia solidária.
- Formular políticas públicas para a economia solidária, considerando o princípio da intersetorialidade, em face da sua complexidade.
- Gestionar para que ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc) fomentem o desenvolvimento, qualificação e expansão da economia solidária.

- Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das universidades para a produção de tecnologias alternativas, adequadas à economia solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas. Avaliar o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
- Necessidade de mensurar a eficiência social dos empreendimentos de economia solidária, pois esta gera outra eficiência, não subordinada à lógica do capital.
- Criar programas de financiamento voltados a ONGs, Rede de ITCs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de economia solidária.
- Garantir centros de referência públicos, nos quais sejam oferecidos cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da economia solidária. O objetivo é assegurar formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de economia solidária, como forma de sensibilizar trabalhadoras e trabalhadores desempregados para alternativas de trabalho coletivas. Proporcionar também informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento solidário e formas de geri-lo de forma coletiva e democrática, estudos de viabilidade econômica e planos de negócio, superando as dificuldades dos trabalhadores se apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, da gestão, do gerenciamento, dos resultados etc.
- Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos adequados à *produção*, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às *peculiaridades do público* a quem se destinam essas tecnologias e às *finalidades para as quais elas são desenvolvidas*. A meta é gerar produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da economia solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de economia solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.
- Ampliar fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.

- Mobilizar o potencial criativo de inventores(as) e pesquisadores(as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar com economia solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo nas tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.
- Apostar na inteligência coletiva.
- Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos disponibilizados, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.
- Elaborar uma política específica, estimulando as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.
- Garantir a valorização e aproveitamento do conhecimento das mulheres no manejo, utilização e conservação de produtos naturais.
- Inserir temas de economia popular e solidária – como o valor das práticas cooperativas, autogestionárias e solidárias, produção e consumo solidários – no conteúdo curricular da educação formal de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Promover a educação e a capacitação continuadas, tendo por base a ética do diálogo.
- Redefinir a política pública de assistência técnica rural.
- Pesquisar a produção de novas tecnologias que não prejudiquem o meio ambiente.
- Visibilizar os grupos que atuam em economia solidária como sujeitos/agentes de políticas públicas.
- Rever o papel das universidades e seus programas de extensão. As ITCs são formas apropriadas de gerar e qualificar empreendimentos de economia solidária e de realizar a extensão universitária.
- Importância de se ter conhecimento dos acúmulos presentes ao longo do processo realizado pela Unitrabalho.
- Avaliar o trabalho realizado em economia solidária para mensurar acertos e erros, visando ao aperfeiçoamento.
- Incentivar as universidades a produzir tecnologias alternativas para a economia solidária. Que as políticas públicas para a economia

solidária tenham o princípio da intersetorialidade, face às suas complexidades.

- Importância do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em acumular e definir questões e propostas sobre o tema, discutindo a tecnologia a ser empregada e seus meios para fomentar a economia solidária.

5. Organização social da economia solidária

Acúmulos

- Houve um grande desenvolvimento institucional voltado à economia solidária (ITCPs, ADS, CUT, várias redes, Unisol, Anteag, Cresol etc) nas áreas de crédito, desenvolvimento, tecnologia, representação política, assessoria, fomento, comercialização etc.
- A economia solidária pode realizar-se como uma estratégia de organização social antagônica ao capitalismo (pós-capitalista), tendo como desafio articular a luta política e econômica.
- Compreensão de que há papéis diferentes entre Estado, fomentadores e trabalhadores(as), mas todos fazem o movimento da economia solidária.
- Existência de iniciativas de apoio à economia solidária por parte das administrações públicas democrático-populares.
- Informações e conhecimentos.
- Leque de entidades mediadoras envolvidas com economia solidária.
- Existência de montante de redes locais, regionais e a RBSES; fóruns locais, seminários, encontros etc, reforçando a economia solidária.
- Feiras, como espaço de protagonismo da economia solidária, espaço formativo, de sensibilização, de oficinas, de comercialização, de trocas etc.
- Redes de trocas, de articulação, comercialização etc.
- Necessidade de reafirmação cotidiana das conquistas já realizadas para que se mantenham.

Gargalos

- Falta de entendimento dos novos paradigmas educacionais e organizativos, bem como da definição complexa do conceito de solidariedade e de como socializar e recriar o conhecimento a partir da diversidade.

- Descobrir meios para construir a unidade das redes, considerando a identidade e diversidade dos agentes econômicos e políticos que as compõem.

- Desafio da socialização efetiva, em rede, do conhecimento e das diversas experiências, pois as ações são ainda fragmentadas.

- Separação entre os aspectos econômicos (compreendidos como mercado), políticos (compreendidos como organizações e Estado) e éticos (compreendidos como nossas práticas cotidianas). Desafio: superar essas dicotomias na economia solidária.

- Risco de burocratização institucional, desafio de superar as relações autoritárias, de controle sobre os *grupos* ou de tutela e de desenvolvimento da autogestão, de fato.

- Efetiva participação de trabalhadoras e trabalhadores da base em nossos eventos, encontros, plenárias; não apenas de ONGs, instituições de fomento, assessoria etc.

- Desarticulação dos agentes das redes gera conflitos.

- Definição de quem somos, considerando a diversidade dos atores no campo da economia popular e solidária.

- Repensar o conceito de economia solidária, evitando vê-la como simplista, economia de pobres para pobres.

- Ausência de sistematização dos mecanismos institucionais já implementados em diversos patamares que possuem interface com a economia solidária.

- Falta de espaços de articulação institucional.

- A pouca prática do consumo solidário, a qual está vinculada à falta de clareza da decisão política e ética de consumir produtos oriundos de empreendimentos solidários.

Propostas

- Constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária como alternativa para articular as várias iniciativas existentes; elaboração de agendas comuns; promoção de intercâmbio e sistematização de conhecimentos; e constituição como espaço de interlocução perante o governo federal na elaboração de políticas públicas (necessidade de aprofundamento da questão da legitimidade do Fórum para com os membros).

- Criação, pelo governo federal, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por, em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Que este seja um espaço de elaboração de políticas

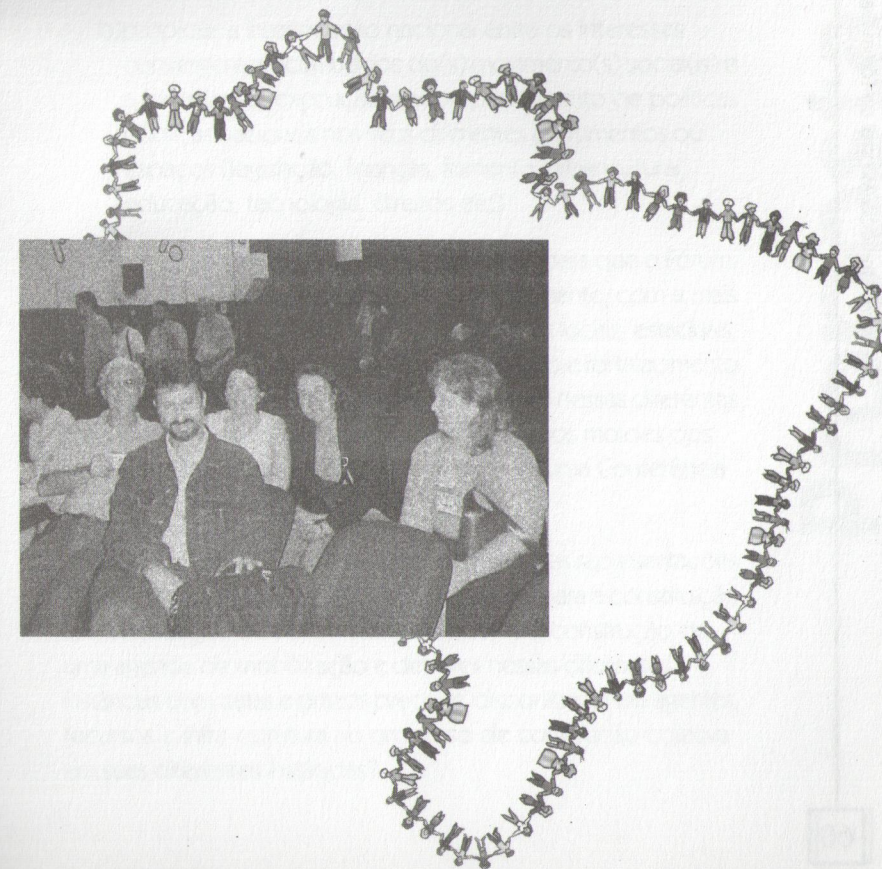
de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da economia solidária no país, executando-as de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia.

- A criação da Secretaria Nacional não deve prejudicar a atuação dos movimentos sociais.
- Considerar a possibilidade do Fórum Brasileiro agir como um fiscal desta Secretaria.
- Assegurar a representação da economia solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a ser organizados.
- O governo federal deve assumir um diálogo permanente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
- Necessidade de construir uma estratégia de ação conjunta com o governo federal que não se resuma a uma *política de balcão*.
- Economia solidária como movimento social organizado que se articula aos demais movimentos sociais deve ser afirmada de forma autônoma e independente diante do Estado e suas ações, como forma de fortalecimento da participação popular.
- Sistematizar os mecanismos institucionais já implementados em diversos patamares que possuem interface com a economia solidária, visando divulgá-los e aprimorá-los.
- Na organização de trabalhadores(as) na economia solidária, resgatar as práticas da educação popular e articular-se aos movimentos sociais populares.
- Incentivo à formação e organização comunitárias.
- Necessidade de definir critérios/princípios éticos e políticos na economia solidária. Exemplo: não-exploração do trabalho, não-destruição do meio ambiente e prática da produção e do consumo solidários.
- Identificar atores da economia solidária, detalhar uma agenda mínima e marcar um novo encontro para aprofundamento deste trabalho, identificando também ações exemplares presentes no mundo da economia solidária.
- Organizar encontro nacional dos empreendimentos de economia solidária (anterior ao encontro do Fórum Brasileiro).
- Organizar encontro nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária até junho de 2003.

- Criar GTs dentro do Fórum Brasileiro que trabalhem questões específicas.
- Ampliar os campos temáticos da economia solidária.
- Refletir sobre a representatividade dos fóruns regionais e desníveis presentes entre as organizações participantes.
- Assegurar que as discussões cheguem realmente até a base e que não se restrinjam às ONGs e agentes de apoio e assessoria.
- Potencializar a participação dos sujeitos econômicos/empreendimentos no Fórum Brasileiro.
- Definir uma comissão para articular com o governo Lula.
- Consolidar o processo de organização da economia solidária para a disputa da hegemonia cultural com o liberalismo.
- Ocupar mais o espaço da RBSES na internet - lista de diálogos.
- Diante da complexidade do tema, não pode haver a pretensão de fazer deste um documento definitivo e completo. Necessidade de refletir mais sobre os temas e conteúdos nele contidos.

Proposta de pauta para a II Plenária Brasileira de Economia Solidária

Durante o III FSM



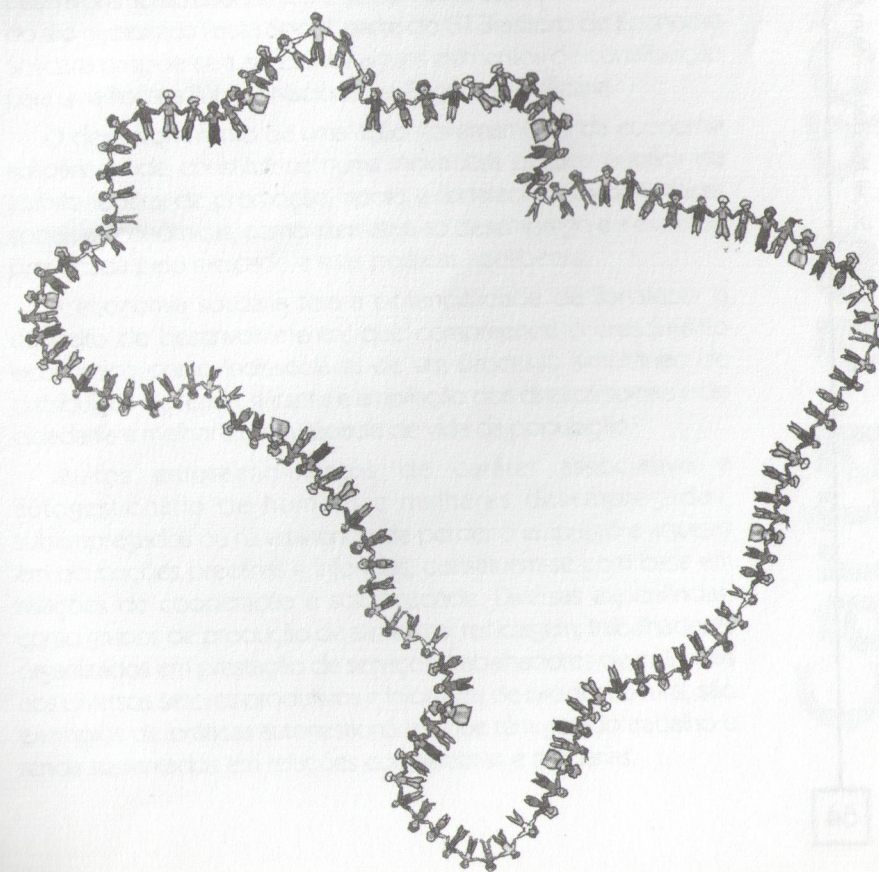
Considerando as contribuições e desafios da 1ª plenária, o GT-Brasileiro propõe, para uma programação de três horas (oficina no FSM), as seguintes questões:

1. Quais expectativa, compreensão e grau de consenso das diferentes forças que compoem a economia solidária, hoje já conhecidas (organizações mediadoras, governamentais e não governamentais e organizações representativas dos(as) trabalhadores(as) associados(as)), que possa avançar para a elaboração de uma carta de princípios de unidade na diversidade, tendo como horizonte: o papel do Fórum Brasileiro estruturado a partir da sociedade civil, com dupla missão:
 - a) catalizar e fazer fluir as experiências das diferentes práticas de redes, cadeias produtivas, projetos etc, socializando o acúmulo de aprendizado e seus resultados, favorecendo o debate das diferenças e buscando suas convergências
 - b) propiciar a interlocução nacional entre os interesses convergentes acumulados do(s) movimento(s) social(is) e a formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas nacionais nos seus diferentes instrumentos ou espaços (legislação, finanças, fomento, urbano, rural, educação, tecnologia, direitos etc)
2. Quais as condições desejáveis (ou exigíveis) para que o Fórum Brasileiro possa ser constituído democraticamente, com a mais ampla participação e representação de bases locais, estaduais, regionais e nacional? Um processo de animação e fortalecimento das bases de articulação (existentes e a existir) nessas diferentes instâncias (locais, estaduais....)? Uma agenda aos moldes dos processos de "Conferências" que fluam para uma Conferência Nacional?
3. Quais compromissos espera-se de cada uma das representações de forças sociais em termos de contribuição para a constituição e consolidação do Fórum Brasileiro quanto à construção de uma agenda de mobilização e debates nessas diferentes instâncias com datas e prazos precisos, disponibilizando agentes, recursos e infra-estrutura no processo de construção coletiva em suas diferentes instâncias?

4. Qual a possibilidade de contar com o apoio público (nacional e/ou internacional) diante da formulação de um projeto de ação de mobilização para a construção do Fórum Brasileiro com prazos e datas definidos?
5. Quais os atores que deveriam constituir a mesa de debates da oficina do Fórum Social Mundial, para propor, debater e assumir compromissos frente ao projeto de constituição do Fórum Brasileiro?

Anexos

- Carta ao governo Lula
- Lista de adesões à Carta



Somos um conjunto de organizações que se reúne periodicamente como Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro): Anteag, Fase, Cáritas Brasileira, Ibase, Pacs, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs, governo do Rio Grande do Sul e Prefeitura de Porto Alegre, entre outras. Algumas dessas organizações estão vinculadas à Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e promovem as mais diferentes iniciativas de apoio e articulação de uma parte das tão diversificadas práticas da economia solidária no país, construindo fóruns e redes locais e estaduais de participação.

Essas organizações de expressão nacional, a partir do I Fórum Social Mundial, constituíram o GT Brasileiro, que vem articulando a participação nos FSMs de dezenas de redes nacionais, continentais e mundial da economia solidária.

Animados pela perspectiva anunciada pelo governo eleito, que passa a sinalizar suas ações: a inversão de prioridades, o combate à fome e ao desemprego, a constituição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como espaço de construção do tão necessário Pacto Social, parte do GT Brasileiro de Economia Solidária propõe-se a apresentar alguns elementos de contribuição para uma Política Pública Nacional de Economia Solidária.

O desenvolvimento de uma ação governamental da economia solidária pode constituir-se numa inovadora política pública de âmbito federal de promoção, apoio e fortalecimento de práticas sociais e econômicas, como alternativa ao desemprego e à exclusão provocada pelo mercado e suas políticas neoliberais.

A economia solidária tem a potencialidade de fortalecer o conceito de desenvolvimento, que compreende o crescimento econômico como indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população.

Muitos empreendimentos de caráter associativo e autogestionário de homens e mulheres desempregados, subempregados ou na eminência de perder o emprego e aqueles em ocupações precárias e informais, constituem-se com base em relações de cooperação e solidariedade. Diversas experiências, como grupos de produção de alimentos, reciclagem, trabalhadores organizados em prestação de serviços, trabalhadores de indústrias nos diversos setores produtivos e iniciativas de produção rural, são exemplos de práticas autogestionárias, que têm gerado trabalho e renda sustentados em relações cooperativas e solidárias.

Diversas destas experiências já fazem parte de políticas públicas de economia solidária, em âmbito municipal e estadual, dos governos democráticos e populares, a exemplo de iniciativas em outros países, como o caso do Ministério de Economia Solidária na França.

Constituir políticas governamentais voltadas à promoção da economia solidária tem sido uma resposta às necessidades reais dos trabalhadores e um estímulo à geração de trabalho e distribuição de renda. Além disso, pode proporcionar crescimento da produção e da renda, visto que os objetivos dos empreendimentos solidários não estão centrados na acumulação de capital, mas no reinvestimento e distribuição entre os trabalhadores.

Para além dos aspectos econômicos, a economia solidária é portadora também de uma ética e cultura transformadoras das relações humanas, comunitárias e sociais, recolocando a centralidade do ser humano e seu bem-estar e a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental das ações por ele desencadeadas.

Propor a constituição de empreendimentos coletivos solidários, em que as pessoas diretamente envolvidas possam visualizar alternativas de autonomia e emancipação e, conseqüentemente, livrar-se da natural dependência, submissão ao paternalismo e ao assistencialismo das entidades públicas e de outros agentes externos, parece-nos bastante oportuno e promissor.

Por outro lado, a economia solidária apresenta-se, também, como uma possibilidade de contraposição à lógica de fragmentação e desarticulação na execução das ações de governo, que tem marcado a história do nosso país. O envolvimento das prefeituras, governos estaduais, organizações não-governamentais, igrejas e outras instituições apresenta-se como uma estratégia que compreende as diferenças econômicas, sociais e culturais que constituem as particularidades regionais do nosso país. Além de estabelecer esta relação vertical com as várias esferas de governo e de articular parcerias com os movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil, é fundamental a transversalidade horizontal no âmbito do governo federal, articulando os instrumentos possíveis nos diversos órgãos. Isso fomentará uma nova forma de gerir as políticas, evitando sobreposição de ações e desperdício de recursos públicos.

Uma política pública de economia solidária, condizente com esta visão, manifestar-se-á em programas variados de apoio à cooperação e ao associativismo, seja para a produção, a prestação

de serviços, seja para a viabilização de crédito, de comercialização e de outros instrumentos de fomento à autogestão e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades e dos trabalhadores mais afetados pela reestruturação produtiva das últimas décadas.

Dessa forma, para uma política pública de economia solidária ser viável e sustentável, deveriam ser implementadas diversas ações no âmbito do governo federal, tais como:

- formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos da economia solidária, como forma de sensibilizar a organização para o trabalho coletivo e proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem um empreendimento ou, ainda, de como geri-lo de forma coletiva e solidária;
- desenvolvimento de tecnologias apropriadas à economia solidária, com vistas à agregação de valor aos produtos, melhoria das condições de trabalho, de saúde e da sustentabilidade ambiental;
- reconhecimento das diversas formas associativas dos empreendimentos da economia solidária, que vão além dos marcos tradicionais de organização formal;
- desenvolvimento de políticas para garantia de demanda para a economia solidária, seja por meio do poder de compra do Estado, de sistemas de intermediação de negócios ou pela integração no mercado. Em particular neste último, é necessário considerar cadeias produtivas, integrando os fluxos de consumo, comércio e produção aos programas de financiamento, de logística de distribuição e de comercialização;
- criação de linhas de financiamento, com condições e exigências diferenciadas e adaptadas às características dos empreendimentos de economia solidária;
- fortalecimento de um sistema financeiro solidário, que tem se apresentado de diversas formas, como uma alternativa real de financiamento dos empreendimentos da economia solidária;
- fortalecimento da organização dos produtores e consumidores, em redes ou outras formas de intercâmbio autônomas dos empreendimentos solidários, nas variadas frentes de atuação (produção, crédito, comércio, trocas, saber etc), em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Para realizar tais ações, deverão ser articulados vários instrumentos já existentes e a adaptação ou criação de outros. Dentre os instrumentos já existentes, destacamos os Fundos Públicos para CT&I, BNDES, BB, CEF, FAT, Bancos e Fundos Regionais de Desenvolvimento, universidades e escolas técnicas. Queremos também destacar a importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social como espaço de discussão dessas políticas. Por isso, entendemos como sendo de fundamental importância a integração da economia solidária nesse espaço.

Sob o aspecto executivo, trata-se da decisão de constituir um órgão capaz de coordenar a política; integrar o conjunto das ações e instrumentos requeridos; interagir com outros órgãos, políticas e programas de governo e estabelecer interlocução e parcerias com as diferentes organizações e instituições que atuam no campo da economia solidária. Para tanto, ousamos propor a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Por fim, de nossa parte, expressamos nossa firme disposição de constituir, no âmbito da sociedade civil e juntamente com outras entidades, um espaço solidário e propositivo para a consolidação e ampliação dessas políticas, continuando, dessa forma, essa desejada interlocução com o governo que se inicia, em meio a tantas esperanças.

Lista de adesões à Carta ao governo Lula (via web)

FCP/RJ Fórum de Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro
AAO-Associação de Agricultura Orgânica
ADS/CUT - Agência de Desenvolvimento Solidário - MG
Banco Palmas - CE
Caeps - Centro de Apoio à Economia Popular Solidária /Passo Fundo/RS
Cáritas Brasileira
Célio Paulo Piovesan (lista RBSES dia 29.11)
Centro Herbert de Souza - CDDH/CE
Cetra - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
Conselho Estadual de Agroecologia do Paraná
Fundesol/CE
Governo do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Porto Alegre
Grupo Brasil do Taller Permanente
Heloisa Primavera / Redlaces
Ibase/RJ
Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural
Ifil - Instituto de Filosofia da Libertação
Incubadora de Empreendimentos de Economia Popular Solidária em Patos de Minas/MG
Fase-Solidariedade e Educação
Pacs - Políticas Alternativas para o Cone Sul/RJ
RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs
Reses - Rede de Economia Solidária Engenho de Sonhos, Natal/RN
Clarício /Superintendência Regional Maranhão e Piauí do Banco do Nordeste
Taller Permanente _Grupo Brasil
PMVC/ GEP- Grupo de Economia Popular Pref. Vitória da Conquista-Bahia/ Dora Sugimoto
Aencar - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

Entidades e grupos produtivos do Fórum de Economia Solidária de Recife/Pernambuco que assinam a carta

Entidades

Serviço de Justiça e Paz

Centro de Articulação Retome sua Vida

Centro Educativo Jardim das Quimeras

Pastoral da criança

Movimento Bandeirante (Projeto Favo de Mel)

Conselho de Defesa Comunitária Cescai- Centro Social das Crianças, Adolescentes e Idosos do Pina

Legião Assistencial do Recife

Centro das Mulheres do Cabo

Casa da Mulher do NE

Associação das Micro e Pequenas Empresas de Camaragibe

Grupos produtivos

Comute

Grupo Favo de Mel

Grupo de Confeccionistas de Santo Amaro

Coopetorre

Pasteleiras de Aritana

Grupo Sabor de Campo Grande

Coleta Seletiva da Vila dos Casados

Cecotal - Cooperativa Ecumênica Com. de Org. de Trabalhadores Liberais

Etta - Costura, Serigrafia e Artesanato da rpa-5